

O repatriamento de pesquisadores nacionais erradicados no exterior por meio do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras e da Política Estatal Argentina Raices: um estudo comparado.

Andrade, Leonardo; leonardo.andrade@capes.gov.br ; Amaral, Lívio; amaral@if.ufrgs.br;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

No seio dos movimentos migratórios das últimas décadas, extremamente diversificados quanto a sua composição, encontram-se os indivíduos e grupos altamente qualificados em termos de formação acadêmica, especialmente cientistas e pesquisadores, distinguindo-se de outros grupos pelo papel desempenhado na produção e difusão do conhecimento. Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar comparativamente o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT), no âmbito do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras, e o Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior (RAICES), no escopo da Política Estatal Argentina. A metodologia utilizada foi a do estudo comparado, com uma abordagem de pesquisa caso-orientada, considerando como unidades de análise os programas elegidos. Para tanto foram contrastadas as semelhanças e diferenças entre os casos brasileiro e argentino, assim como, averiguadas às ações e estratégias adotadas no âmbito dos programas governamentais para a atração e fixação dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior. Com a análise foi possível denotar a efetividade das ações para o repatriamento dos pesquisadores nacionais às instituições de ensino e centros de pesquisa brasileiros e argentinos. Particularmente, foi apontada a falta de um acompanhamento periódico e sistemático, bem como, a necessidade de ações mais diversificadas e integradas do PAJT quando comparado ao RAICES.

Palavras chave: Atração e Fixação de Cientistas, Fuga de Cérebros, Repatriamento de Pesquisadores Emigrados, Análise Comparada.

1. Introdução

O surgimento e alcance do conceito de Sociedade do Conhecimento, em tese, representa uma preocupação política constante de alguns países em obterem um quadro de profissionais qualificados, e, em função disso, passou-se a outorgar maior valor aos migrantes que contam com titulações e formações elevadas (Padilla, 2010).

A construção do termo “qualificado” faz referência a imigrantes portadores de níveis diferenciados de formação acadêmica e especialização profissional, bem como a padrões de desenvolvimento econômico e ordenamento social de nações desenvolvidas. (Cogo e Badet, 2013).

Quanto à mobilidade desses profissionais, destaca-se que: “O fenômeno migratório não é algo recente, mas o aumento das migrações de profissionais qualificados nos dias de hoje é fomentado, em grande medida, pelos processos de reestruturação da economia global” (Paiva & Leite, 2014, p. 2).

Padilla (2010) reforça esse pensamento, ao destacar que a migração dessa classe de profissionais é crucial para a inovação tecnológica e o crescimento econômico das nações, e recomenda a priorização de políticas de migração, cooperação e mobilidade internacional que proporcionem vantagens tanto para os países de origem quanto para os de destino.

Permeando as Teorias Migratórias, e tendo como aporte a Teoria dos Fatores de Atração e Repulsão (*Push and Pull Factors*), para compreender a dinâmica migratória contemporânea, deve-se considerar além da perspectiva micro, a análise macro dos fatores estruturais que definem a direção dos fluxos migratórios de profissionais qualificados, expressos pela correlação de questões econômicas, políticas e sociais (Foadi, 2006; Peixoto, 2004).

Recorrendo aos estudos sobre os fenômenos migratórios, ao longo das décadas de 60 a 80, o fenômeno conhecido como *brain drain* ou “fuga de cérebros” serviu para caracterizar os fluxos de profissionais qualificados dos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento para os países desenvolvidos, principalmente devido a recessões econômicas, crises políticas, conflitos armados e regimes ditatoriais nas sociedades de origem (Videira, 2013).

Já nos anos 90, surgiu uma nova perspectiva favorável deste tipo de migração, mas no escopo das relações entre países desenvolvidos, de que a saída em grande volume da população qualificada de uma nação desenvolvida para outra localizada na mesma posição,

não é sinal de “fuga de cérebros” (*brain drain*), mas de “circulação de cérebros” (*brain circulation*), que movimenta pessoas, capitais e recursos com potencial de ganho para todas as partes envolvidas (Araújo e Ferreira, 2013).

A partir de 2008, com a deflagração da crise econômica mundial, houve um distanciamento ainda maior dos discursos políticos das nações desenvolvidas em relação ao uso da expressão “fuga de cérebros”, e a preferência pela utilização do conceito ou terminologia “circulação de cérebros”, de modo a estimular o intercâmbio de profissionais qualificados.

Padilla e França (2015, p. 8) apontam que: “Ao sobrevalorizar os benefícios e vantagens resultantes desses “intercâmbios”, tal leitura tende, no entanto, a minimizar e despolitizar o debate sobre as consequências negativas que a saída de cientistas e intelectuais pode gerar para os países de origem”.

Estas autoras acrescentam, ainda, que a substituição de um conceito por outro não faz com que antigas formas de desigualdade e assimetria deixem de existir, pois, ainda hoje, as mobilidades acadêmicas e científicas ocorrem, em grande parte, no sentido centro-periferia-centro (Padilla e França, 2015).

A discussão atual gira em torno da real contribuição das migrações de quadros de profissionais qualificados, em especial acadêmicos e científicos, no fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico, tanto nos países de destino quanto nos países de origem (Martine, 2005; Paiva e Leite, 2014).

Desta maneira, se a emigração é, em geral, um fenômeno que recolhe interesse político de primeira mão, a emigração de profissionais qualificados atrai importância redobrada (Breinbauer, 2007, Peixoto, 2004). A emigração desses profissionais é um indicador objetivo da pouca capacidade dos estados de origem, nos diferentes níveis de governo, ao longo do tempo, em reter seus talentos. Outro indicador é domínio dos países centrais na oferta de melhores oportunidades de emprego e renda, assim como, de condições materiais e ambientais para realizar projetos de pesquisa de alto nível.

O entendimento de “perda”, principalmente de pessoas, mas também de capitais e recursos, é particularmente relevante no caso em que esta população que sai é qualificada e em quem, de algum modo, o Estado de origem investiu durante anos, no sentido de prepará-la para dar um retorno à nação (Araújo e Ferreira, 2013).

1.1. A imigração qualificada no Brasil e na Argentina

Dentro do contexto da América Latina, o fenômeno da “fuga de cérebros” ocupa um lugar na agenda política dos países da região desde os anos 60, e foi considerado como um obstáculo para as estratégias de desenvolvimento, tendo em vista que a crescente emigração de profissionais qualificados não era compensada com um fluxo equivalente de retorno ou de atração (Albornoz, Polcuch e Alfaraz, 2002).

Na Argentina, mais precisamente a partir dos anos 60, houve um crescimento expressivo dos fluxos migratórios de profissionais qualificados devido à crise econômica no país, que levou a uma diminuição dos orçamentos nas áreas de ciência e tecnologia, além, da ascensão do governo militar, que perseguia e censurava as iniciativas da comunidade científica e acadêmica (Argentina, 2011).

Com a retomada do regime democrático, a partir de 1983, algumas iniciativas foram colocadas para reverter à perda de talentos, contudo, não foram suficientemente fortes para conter a drenagem desses profissionais. Assim, as políticas de repatriação dos pesquisadores e cientistas argentinos ganham um ponto de inflexão em 2003, com o lançamento do Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior (RAICES), que, em 2008, foi alçado a Política de Estado, por meio da promulgação da Lei nº 26.421 (Argentina, 2011; Emiliozzi, 2012).

O RAICES tem por objetivo fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas da Argentina por meio do desenvolvimento de políticas de vinculação com pesquisadores argentinos residentes no exterior, assim como de ações destinadas a promover a permanência de pesquisadores no país e o retorno daqueles interessados em desenvolver suas atividades no país (Argentina, 2018). Salienta-se que o RAICES se tornou um programa contínuo do governo argentino, completando em 2018 mais de 15 anos de vigência.

Paralelamente, na década de 80, o Brasil experimentou um aumento significativo dos fluxos migratórios de brasileiros com direção ao exterior, especialmente para América do Norte e Europa (Vitorio, 2007). Grande parte dos que deixaram o país pertencia às classes médias e baixas, que emigraram para trabalhar em serviços não especializados, porém, havia uma parcela significativa desses fluxos que eram profissionais qualificados de áreas específicas ligadas a ciência e tecnologia (Cogo e Badet, 2013).

O final dos anos 2000 marca um decréscimo no número de imigrantes nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, como Reino Unido, França e Portugal, dentre os quais,

brasileiros que empreenderam projetos de emigração de retorno. Este tipo de migração, evidenciada especialmente a partir do ano de 2008, em decorrência, sobretudo, da crise econômica mundial, que anotou um aumento da taxa de desemprego, e reduzindo assim boas oportunidades de trabalho (Cogo e Badet, 2013).

Ao longo dos anos de 2008 a 2012 o país experimentou uma alteração do fluxo migratório com um aumento expressivo da entrada de estrangeiros no país com vistos temporários e permanentes de trabalho, principalmente ligados a estudos e pesquisas (Botega, Cavalcanti e Oliveira, 2015).

Reconhecendo essa conjuntura, e com o intuito de aumentar o intercâmbio e a mobilidade de estudantes e cientistas brasileiros para o exterior, bem como, a atração e fixação no Brasil de jovens pesquisadores nacionais e cientistas estrangeiros renomados, o governo brasileiro, instituiu ao final de 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), por meio do Decreto Presidencial nº 7.642 (Brasil, 2011).

Apoiando-se nos objetivos do CsF, foi então concebido o Projeto de Atração de Cientistas para o Brasil, que, em uma de suas vertentes, contemplava o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT). Tal programa visava à atração e fixação no país de jovens pesquisadores de talento, com destacada produção científica, preferencialmente brasileiros, desde que residentes no exterior (Brasil, 2018). Destaca-se que tanto o CsF quanto o PAJT foram descontinuados pelo governo brasileiro no ano de 2016.

2. Objetivos

2.1. Geral

Avaliar o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT), no âmbito do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras sob uma perspectiva comparada com o Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior, no escopo da Política Estatal Argentina.

2.2. Específicos

Contextualizar os processos de imigração qualificada no mundo e na América Latina, especificamente no Brasil e na Argentina, nas últimas décadas.

Analisar as ações e estratégias adotadas para a retenção, o retorno e a vinculação dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior às instituições de ensino superior e centros de pesquisa do Brasil e da Argentina.

3. Materiais e Métodos

A comparação é uma atividade cognitiva fundamental para o processo de construção do conhecimento. Por meio do raciocínio comparativo podemos identificar modelos e padrões, semelhanças e diferenças, continuidades e interrupções e, assim, explicitar determinações gerais que regem os fenômenos sociais (Schneider & Schmitt, 1998).

Segundo Ragin e Amoroso (2011), existem dois momentos circunscritos no método comparativo: um momento no qual são identificadas as similitudes entre os fenômenos ou as políticas sociais, e um outro em que são cotejadas as diferenças entre os casos ou unidades escolhidas.

Para realizar um estudo comparado em ciências sociais algumas dimensões devem ser consideradas: a dimensão do problema da pesquisa, a dimensão temporal dos casos elegidos, a dimensão espacial das unidades de análise, e a dimensão das variáveis a analisar (Sartori e Morlino, 1999).

O método comparado:

introduce al otro en nuestro universo cotidiano y es, en sí misma, un camino para el acercamiento entre países desde otro lugar y con otros intereses que, además, puede permitirnos el conocimiento o soluciones parciales, a experiencias exitosas y a colegas inquietos con quienes en el intercambio podamos construir (Braslavsky, 1993, p. 16).

Assim, a escolha dos casos elegidos para este deste estudo ponderou os seguintes critérios: o tema da imigração qualificada; a circunscrição geográfica na América Latina, o paralelismo da estrutura acadêmica e científica da Argentina e do Brasil, bem como dos objetivos e das finalidades dos Programas RAICES e PAJT.

Deste modo, para consecução dos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com a utilização do método comparativo, sob uma abordagem caso-orientada, tendo como unidades de análise os programas governamentais

elegidos, pautada na análise de conteúdo dos documentos de constituição, execução e monitoramento dos Programas RAICES e PAJT. Ressalta-se que a análise documental se apoiou na concepção de Bardin (1977).

Da análise documental, foram verificadas as semelhanças e diferenças entre os referidos programas tendo como base teórica os estudos de Ragin e Amoroso (2011), assim como, foram analisadas as ações e estratégias adotadas no âmbito das políticas governamentais de acordo com a classificação empregada nos trabalhos de Buirá (2006).

4. Resultados e Discussões

Com base nos objetivos e características expressos nos documentos institucionais dos Programas RAICES e PAJT, obteve-se o panorama abaixo:

Tabela 1 – Semelhanças e diferenças entre os objetivos do RAICES e do PAJT

SEMELHANÇAS	PROGRAMAS	
	RAICES	PAJT
Objetivos e Características	Promover o retorno de pesquisadores argentinos radicados no exterior que tenham interesse em desenvolver suas atividades em instituições na Argentina	Atrair e fixar jovens pesquisadores de talento radicados no exterior, com destacada produção científica, preferencialmente brasileiros, para desenvolver pesquisas ou tecnologias em instituições no Brasil.
	O RAICES foi concebido como um programa governamental em 2003	O PAJT foi concebido como um programa governamental em 2011
DIFERENÇAS	RAICES	PAJT
Objetivos e Características	Estimular a permanência dos pesquisadores argentinos residentes no país.	Não há um objetivo correlato no escopo do PAJT
	Desenvolver ações de vinculação com pesquisadores argentinos residentes no exterior.	Não há um objetivo correlato no escopo do PAJT
	O RAICES foi alçado a política de Estado em 2008, sendo um programa ativo há mais de 15 anos.	O PAJT foi descontinuado em 2016, contabilizando 4 anos de duração

Fonte: Documentos institucionais dos programas.

Ademais, tendo como referência os instrumentos elegidos no âmbito dos Programas RAICES e PAJT para consecução dos objetivos propostos, aferiu-se o seguinte:

Tabela 2 - Ações e estratégias empreendidas no âmbito do RAICES e do PAJT.

AÇÕES	PROGRAMAS	
	RAICES	PAJT
Ações de retenção	Aumento da oferta de bolsas de pós-doutorado no país	Manutenção da bolsa de estudos para os jovens talentos aprovados em concurso público
Promoção de retorno	Aporte de recursos para projetos de pesquisa científica e tecnologia desenvolvidos na Argentina – Subprograma PICT RAICES	Oferta de bolsas de estudos para os pesquisadores interessados em retornar ao país
	Difusão de oferta laborais por parte das empresas que possuem acordo com o RAICES	Financiamento de projetos de pesquisa científicos e tecnológicos nas áreas definidas como prioritárias
		Concessão de bolsas de estudos de iniciação científica, vinculadas aos projetos de pesquisa aprovados
Vinculação no exterior	Criação da base de dados dos cientistas e pesquisadores residentes no exterior	
	Financiamento de visitas de curta duração na Argentina para realização de atividades pesquisa, ensino e extensão – Subprograma César Milstein	
	Formação de redes de pesquisa internacionais em áreas específicas do conhecimento	
	Investimento em projetos de micro e pequenas empresas de base tecnológica em áreas de interesse, tendo como contrapartida a participação de um pesquisador/cientistas argentino erradicado no exterior	

	Realização de encontros orientados a promover a transferência de conhecimento entre pesquisadores argentinos residentes no país e no exterior	
--	---	--

Fonte: Documentos institucionais dos programas.

Por fim, correlacionado o quantitativo total de pesquisadores atraídos e fixados às instituições de ensino e centros de pesquisa na Argentina e no Brasil, levando em consideração o período de vigência dos programas RAICES e PAJT, tem-se o seguinte paralelo:

Tabela 3 – Dados quantitativos dos pesquisadores fixados pelo RAICES e PAJT.

PROGRAMAS	Quantitativo Total	Média Anual	Duração	Situação
RAICES	1323 pesquisadores repatriados	> 88 pesquisadores	15 anos	Vigente
PAJT	104 pesquisadores repatriados	26 pesquisadores	4 anos	Descontinuado

Fonte: Base de dados institucionais dos programas.

Diante da análise comparativa, denota-se que o RAICES, após ter sido declarado uma política de Estado em 2008, e, assim, ter sua continuidade garantida ao longo de 15 anos, se tornou uma ação estratégica do governo argentino, possibilitando uma política direcionada para o retorno e a reincorporação de acadêmicos, cientistas e pesquisadores erradicados no exterior às instituições e organizações científicas e tecnológicas do país.

Tal valoração pode ser percebida pela forte articulação dos órgãos responsáveis pela execução do RAICES, tais como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (MinCyT) e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), que passaram a inovar e diversificar as estratégias adotadas, assim como a integrar e compartilhar ações dirigidas para a efetividade da política de migração de retorno.

Conforme aponta Emiliozzi (2012), no final dos anos 90, redesenhou-se o arcabouço institucional do setor de ciência e tecnologia na Argentina, criando novos órgãos e refinando algumas competências de outros já existentes, e a partir dos anos 2000, iniciou-se uma forte recomposição do quadro nacional de cientistas e pesquisadores, que foram incorporados aos sistemas acadêmicos das IES argentinas e a carreira de investigador do CONICET.

Diferentemente, o que ocorreu no PAJT, já que ele não foi reeditado na sua forma original ou outra alguma outra alternativa, pelo governo brasileiro em 2016. Evidentemente existe uma boa correlação de dependência com a crise política e a recessão econômica que o país passou a viver desde então, que dentre outras consequências, ocasionou a redução dos orçamentos destinados aos órgãos de ciência e tecnologia, dentre eles a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Apesar de resultados e efeitos indiretos do PAJT sobre as ações institucionais das agências de fomento brasileiras, é evidente a falta de boa articulação entre os atores sociais, os órgãos públicos, as instituições de ensino superior e as representações acadêmicas, de maneira a propiciar ações conjuntas. Por exemplo, novas formas de contratações de professores nas IES brasileiras e incentivos para manutenção das bolsas de pesquisa aos cientistas atraídos para o Brasil.

Do ponto de vista do monitoramento e da avaliação das políticas públicas em questão, é eminente o maior cuidado e atenção desta função por parte das instituições argentinas (MinCyT e CONICET), quando comparado as entidades brasileiras (Capes e CNPq), tendo em vista a constante divulgação de relatórios de execução e de avaliações gerais acerca do RAICES.

Percebe-se claramente que o Programa RAICES promove linhas de ações que respondem tanto aos efeitos negativos do fenômeno da fuga de cérebros (*brain drain*) quanto aos efeitos positivos do fenômeno do ganho ou circulação de cérebros (*brain gain* ou *brain circulation*), adotando estratégias para vinculação dos cientistas argentinos radicados no exterior às instituições de ensino superior, centros de pesquisa e empresas de tecnologia, assim como, para a fixação dos pesquisadores argentinos residentes no país.

Conforme preceitua ElHaji (2013), os países atentos aos aspectos positivos das mudanças em curso, em vez de lutar contra a fuga de cérebros, se empenham em adotar e pôr em prática estratégias e políticas públicas suscetíveis a fortalecer os laços dos expatriados com a terra e cultura de origem.

Cumprе ressaltar que apesar do Programa PAJT não ter empreendido nas suas ações, instrumentos para retenção dos talentos, a própria política das agências de fomento brasileiras (Capes e CNPq), exigem a obrigação do retorno ao país após o fim da bolsa e o cumprimento de interstício pelo mesmo período que esteve no exterior para aqueles que foram

contemplados com bolsas de estudos, sobressaindo como uma política de retenção dos cientistas e pesquisadores brasileiros.

Todavia, em relação às ações de vinculações no exterior, no escopo do Programa PAJT, verificou-se a falta de instrumentos que permitissem a vinculação dos pesquisadores brasileiros erradicados no exterior ao sistema acadêmico- científico nacional, por meio de projetos de pesquisa conjuntos e dos acordos de cooperação internacionais financiados ou fomentados com recursos da Capes e do CNPq.

Em referência aos estudos de Botega et al. (2015), acerca das abordagens teóricas sobre a migração de retorno, evidencia-se que o Programa RAICES legitima a perspectiva Transnacional, ao questionar as concepções binárias - baseadas na dicotomia entre a origem e destino, tendo em conta que os imigrantes desenvolvem estilos de vida, ideologias sociais e redes de cooperação que envolvem tanto a terra de origem como o país de destino, o que exige novos conceitos às políticas de migração de retorno.

Deste modo, de acordo com os autores citados, a migração de retorno é parte do processo de migração, ao qual se inclui relações econômicas, políticas, culturais e sociais entre os países de origem e os de destino, mediadas pela constante troca de recursos, bens, informações e conhecimentos (Botega et al., 2015).

Além disso, deve-se ter em mente, que o retorno ou vinculação deve ser estudado considerando as conjunturas entre as sociedades de origem e de destino, diante do ambiente social e das estruturas institucionais no fluxo de deslocamento do migrante, de modo a evitar sua re-emigração para o exterior, ou permitir sua adequada vinculação laboral.

Desta maneira, ao analisar comparativamente os Programas RAICES e o PAJT, percebe-se que a Argentina busca mecanismos diversos e integrados para lograr a reinserção dos emigrados qualificados, seja pelo retorno físico ou pela vinculação à distancia dos pesquisadores erradicados no exterior ao sistema acadêmico e científico do país.

5. Conclusões

Como preliminar, para as conclusões é importante ressaltar que este estudo não analisou o alcance das políticas erigidas no escopo dos Programas RAICES e PAJT. Em realidade, nossa pesquisa buscou verificar a formulação de políticas governamentais na

Argentina e do Brasil e decorrentes de ações para evitar a fuga de cérebros e se beneficiar a circulação de cérebros no exterior.

Então, considerando que a natureza dos processos migratórios é algo de longo prazo, evidenciou-se que a política pública brasileira, de curto prazo, não foi capaz de responder adequadamente aos fenômenos de fuga de cérebros no Brasil. Como tais processos tem um caráter transnacional, as ações governamentais teriam que ter complementado espaços plurais e globais para vinculação dos profissionais erradicados no exterior às instituições de fomento no Brasil.

Deveriam ter sido equacionadas as medidas atração, fixação e vinculação dos pesquisadores nacionais com medidas mais significativas de investimento em mobilidade, internacionalização e circulação do conhecimento entre os países de destino e o Brasil. E, constatou-se a inexistência de uma base de dados acerca do quantitativo de profissionais qualificados residentes no exterior, assim, não se pode quantificar ou mesmo estimar a emigração brasileira de maneira geral.

Conclui-se, portanto, que deve fazer uma inflexão, na qual a discussão entre sociedade civil e as esferas governamentais será de suma importância para a construção de uma política imigratória de caráter transnacional. Deste modo, a revisão da política migratória brasileira torna-se imperativa, pois a legislação brasileira ainda é muito restritiva tanto para a promoção do retorno ao país, quanto para a inserção dos migrantes como força laboral, sem falar na criação de espaços transnacionais de vinculação.

Por fim, conclui-se que uma boa prática a ser adotada pelo governo brasileiro, pode contemplar as instâncias empreendidas pelo Estado argentino na vinculação dos seus pesquisadores nacionais residentes no exterior.

6. Bibliografia

Albornoz, M., Polcuch, E. & Alfaraz, C. (2002). Hacia una nueva estimación de la “fuga de cerebros”. *Redes*, vol. 9, nº 18, pp.63-84. Universidad Nacional de Quilmes. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em: https://www.academia.edu/28412997/Hacia_una_nueva_estimaci%C3%B3n_de_la_fuga_de_cerebros

Araújo, E. & Ferreira, F. (2013). A "Fuga de Cérebros": um discurso multidimensional. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros. CECS Publicações/eBooks, pp. 58-82. Recuperado em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

Argentina (2008). Lei nº 26.421/2008. Establécese que el Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos en el Exterior (RAICES), creado en el ámbito del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, será asumido como política de Estado. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 31 de julho, 2018, de: http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Ley_26_421_Raices.pdf

Argentina (2011). Programa RAICES: Una Política de Estado. Relatório. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 31 de julho, 2018, de: <http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Programa%20Raices%202011.pdf>

Argentina (2015). Programa RAICES: Una Política de Estado. Relatório. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 31 de julho, 2018, de: http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Programa_Raices_2015.pdf

Argentina (2018). Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos em el Exterior - RAICES. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 03 de agosto, 2018, de: <http://www.raices.mincyt.gov.ar/institucional-presentacion.php>

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes.

Botega, T., Cavalcanti, L., Oliveira, A. (2015). Migrações Internacionais de Retorno no Brasil. Relatório. Brasília, Brasil.

Brasil (2011). Decreto Presidencial nº 7.642/2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras - CsF. Brasília, Brasil. Recuperado em 31 de julho, 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm

Brasil (2018). Ciência sem Fronteiras. Brasília, Brasil. Recuperado em 03 de agosto, 2018, de: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsa-jovens-talentos>

Braslavsky, C. (1993). Problemas de la educación y necesidad de la comparación en América Latina hoy. *Cadernos CEDES – América Latina: semelhanças e diferenças*. n. 31, pp.9-16. Campinas, Brasil.

Breinbauer, A. (2007). Brain Drain – Brain Circulation or ... What else happens or should happen to the Brains some Aspects of Qualified Person Mobility/Migration. FIW Working Paper, nº 4. Recuperado em: <https://ideas.repec.org/p/wsr/wpaper/y2007i004.html>

Buira, R. (2006). Políticas de Estado-diáspora em Argentina. In González, C. (Ed.). *Relaciones Estado-diáspora: la perspectiva de América Latina y el Caribe*. México: Instituto de los Mexicanos en el exterior – Secretaría de Relaciones Exteriores, Universidad Autónoma de Zacatecas/ANUIES/Miguel Ángel Porrúa.

Cogo, D. & Badet, M. (2013). De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). *Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros*. CECS Publicações/eBooks, pp. 32-57. Recuperado em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

EIHaji, M. (2013). Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). *Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros*. CECS Publicações/eBooks, pp. 125-137. Recuperado em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

Emiliozzi, S. (2012). Políticas em Ciencia y Tecnología y universidad em Argentina: Análisis sobre la formación e inserción de los recursos humanos calificados. VII Jornadas de Sociología de la UNLP, 5 al 7 de diciembre de 2012, La Plata, Argentina.

Foadi, S.(2006). Key Issues and causes of the Italian brain drain. *Innovation: The european Journal of Social Science Resarch*, v.19, nº 2, pp. 209-223. Recuperado em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13511610600804315?scroll=top&needAccess=true>

Martine, G. (2005). A Globalização inacabada, as migrações internacionais e pobreza no século 21. In *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, nº 3, pp.3-22.

Morlino, L. e Sartori, G. (1999). La comparación en las ciências sociales. Madrid: Alianza Editorial.

Padilla, B. (2010). Algunas reflexiones sobre las migraciones altamente cualificadas: Políticas, Mercados Laborales e Restricciones. Portugal. Recuperado em: https://www.researchgate.net/publication/49611430_Algunas_reflexiones_sobre_la_migracion_altamente_cualificada_politicas_mercados_laborales_y_restricciones_Some_reflections_on_highly_skilled_migration_policies_labour_markets_and_constraints

Padilla, B. & França, T. (2015). Mobilidade científica e imigração qualificada: situando o debate. Fórum Sociológico, série II, pp. 7-10. Recuperado em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/mobilidade-cientifica-e-imigracao-qualificada-situando-o-debate/29469>

Paiva, A. & Leite, A. (2014). Da emigração à imigração ? Por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. Revista Ars histórica, nº 7, jan./jun., pp. 1-20. Recuperado em: <http://www.ars.historia.ufrj.br/index.php/anteriores/2-uncategorised/40-7-edicao>

Peixoto, J. (2004). As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro Sociológicas. Lisboa: Socius Working Papers, nº 11.

Ragin, C., Amoroso, L. (2011). Constructing Social Research: the unity and diversity of method, 2ª ed. Londres: Sage.

Schneider, S.; Schimitt, C. (1998). O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, Brasil, v.9, pp. 49-87. Recuperado em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf

Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros. CECS Publicações/eBooks, p. 138-162.